

**“SEMPRE MUITO OBEDIENTE E COM
HONRADO PROCEDIMENTO”: O DISCURSO
DO MÉRITO DOS CANDIDATOS AO GOVERNO
DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1700 -1739)**

Leonardo Paiva de Oliveira

Graduando em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orientado pela professora doutora Carmen Margarida Oliveira Alveal. O autor é membro do Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) e bolsista de iniciação científica financiado pela PROPESQ/UFRN. E-mail: leonardopaivalpo@gmail.com

“SEMPRE MUITO OBEDIENTE E COM HONRADO PROCEDIMENTO”: O DISCURSO DO MÉRITO DOS CANDIDATOS AO GOVERNO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1700 -1739)

“ALWAYS VERY OBEDIENT AND WITH HONORED PROCEDURE ”: MERIT SPEECH OF THE RIO GRANDE CAPITAINECE GOVERNMENT CANDIDATES (1700 -1739)

Leonardo Paiva de Oliveira

RESUMO

A política de distribuição de mercês por parte da Coroa portuguesa durante o período moderno fez parte de um sistema estratégico que possibilitava estimular os seus súditos a realizar o Real serviço, premiando aqueles que se mostravam leais vassalos e que contribuíam para a expansão e bom funcionamento do império. Aproveitando-se desse sistema, todos aqueles que pediam uma mercê em troca de seus serviços, tentavam se colocar como merecedores de tal graça, afirmando em suas petições todos os serviços que já tinha prestado à Coroa e narrando suas conquistas e sofrimentos, em uma tentativa de comover o centro político de seu merecimento em conquistar a mercê. Tendo isso em vista, esse trabalho pretende analisar as estratégias discursivas utilizadas pelos suplicantes que concorriam ao cargo de capitão-mor do Rio Grande durante a primeira metade do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE:

Mercê, Mérito, Governo, Rio Grande.

ABSTRACT

The system of boons policy by the Portuguese Crown during the modern period was part of a strategic system that encouraged their vassals to perform the royal service, rewarding those who were loyal vassals and contributed to the expansion and proper functioning of the empire. Taking advantage of this system, anyone that required the boon in exchange for their services tried to put themselves as worthy of such grace, stating in their petitions all the services they had already provided to the Crown and describing their achievements and sufferings, attempting to stir emotions of the political center in knowledge of their worthiness to win the boon. With this in mind, this paper aims to analyze the discursive strategies used by the supplicants whom competed for the position of Captain General of the Rio Grande during the first half of the eighteenth century.

KEY-WORDS:

Boons, Merit, Government, Rio Grande.

ECONOMIA DE MERCÊS

Durante o período moderno, existiram diversas formas de servir a uma monarquia como um vassalo fiel, fosse batalhando em guerras, em conflitos de menores escalas como rebeliões, ocupando cargos de governo ou então prestando serviços burocráticos visando o melhor funcionamento do Império. No entanto, é preciso destacar que esses serviços não eram realizados apenas visando à obediência régia, colocando o vassalo como um simples elemento cumpridor de ordens. Ao se colocar à disposição do rei, o sujeito tinha em mente que seus serviços iriam servir como moeda de troca para negociações futuras e que com isso poderia alcançar com mais facilidade mercês régias. Esse sistema de trocas é amplamente conhecido pela historiografia brasileira como economia de mercês.

Diversos historiadores que têm suas temáticas de estudos ligadas ao Império Ultramarino Português já se debruçaram sobre essa discussão, e dentre as palavras usadas na tentativa de explicar tal sistema, destaca-se aqui o que afirmou Fernanda Olival:

A justiça distributiva [...] era objeto de grande atenção na sociedade portuguesa do Antigo Regime [...] Com efeito, servir a Coroa, com o objetivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes sectores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção. Como se verá, não terá sido apenas a primeira nobreza do reino que se adaptara a esta crescente dependência. Nos grupos sociais mais baixos, a questão fundamental era muitas vezes encontrar a disponibilidade necessária, nomeadamente económica, para servir” (OLIVAL, 2001, p. 21 apud BICALHO, 2005, p. 23).

Assim, existiam, entre o vassalo e seu rei, laços de reciprocidade, que enquanto o primeiro se submetia ao serviço real na expectativa que seus feitos poderiam ser recompensados e com isso ter muito a ganhar¹; o segundo poderia permanecer como um centro de poder capaz de movimentar sujeitos que estavam em busca de ganhos materiais e simbólicos e colocá-los a seu serviço, e com isso, ampliar o seu poder também simbolicamente e economicamente². Por isso pode-se afirmar que se tratava de uma relação de reciprocidade, já que as duas partes se beneficiavam.

¹ Vale destacar que existia entre os vassallos da Coroa, além do interesse de ver os seus serviços remunerados, o sentimento de pertencimento à monarquia e a vontade de bem servir em nome do seu rei.

² Sobre essa questão, Maria Fernanda Bicalho, dialogando com estudos de Fernanda Olival e Vitorino Magalhães Godinho, discute como a economia de mercês permitia que o Rei distribuísse mais recursos e que com isso poderia manter mais servidores, e que quanto mais servidores e mais ricos estes forem, maior seria o poder do rei. No entanto, a autora aponta que estudos de Vitorino Godinho mostraram que a Coroa portuguesa tinha um gasto muito superior do que o seu arrecadamento no ano de 1607 (BICALHO, 2005, p. 22). Apesar de ser um dado interessante de ser destacado, pois aparentemente isso mostra que a Coroa deveria regular melhor os seus

O imperativo de dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas: disponibilidade para o serviço régio; pedidos de mercê ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição de mercês por parte do rei; engrandecimento/ atribuição de status, honra e posição mais elevada na hierarquia social devido às mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento/ reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada possibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca” (BICALHO, 2005, p. 23).

Dessa forma, a Coroa portuguesa poderia manter o seu vasto império em funcionamento, pois conseguia fazer com que os sujeitos se colocassem à disposição para prestar o real serviço, sempre procurando realizar obras mais significativas. Ainda segundo Bicalho, baseada em Fernanda Olival, essas características tratavam-se de um ciclo vicioso, o que é uma lógica clara. Quanto mais se serve ao rei, maior é a chance de ser recompensado e poder continuar a servir em busca de mais recompensas. E quanto mais mercês o rei distribuísse, mais vassalos estariam dispostos a contribuir com os serviços reais.

O historiador Ronald Raminelli em sua obra *Viagens Ultramarinas* discute as formas de apropriação, por parte dos vassalos da Coroa, dessa lógica de reciprocidade entre o súdito e seu rei. Mais especificamente para o caso da América portuguesa durante o século XVI e XVII. O autor aponta que durante esse período além dos destacar os serviços prestados, das mais variadas formas, como atividades militares, desbravamento do sertão, busca por metais preciosos, os vassalos também costumavam escrever sobre as grandezas e riquezas das terras exploradas. Dessa maneira, enviavam ao rei longos escritos destacando as potencialidades da terra como uma maneira de angariar valor ao local onde atuavam. Tal estratégia, como destaca o autor, servia como uma tentativa de conquistar mercês mais valiosas, tendo em vista que quanto mais importante fosse tal espacialidade para a Coroa, maior valor teriam os serviços prestados nesses lugares (RAMINELLI, 2008, p. 10). E como será discutido a seguir, a América portuguesa desse período não tinha tanta importância no contexto imperial se comparada as possessões orientais de Portugal. Cenário esse que mudará no século XVIII e correspondeu com a mudança das estratégias utilizadas pelos vassalos, que não mais precisavam escrever sobre as riquezas das terras, para conseguirem conquistar as mercês pedidas, mas apenas descrever seus serviços militares prestados naquele espaço.

O DISCURSO DO MÉRITO

gastos, o que poderia implicar em uma diminuição, seja quantitativamente, seja qualitativamente, da distribuição de mercês, o que iria contra a lógica do benefício mútuo dessa política, seria necessária uma análise mais aprofundada e prolongada das finanças da Coroa para se chegar a esse tipo de conclusão.

Em processos de pedidos de mercês, o que normalmente se encontra na documentação são argumentos utilizados pelos suplicantes tentando convencer o seu soberano de que eles são merecedores da mercê pedida. Dessa forma, são colocadas nas petições histórias de vida do sujeito em que marcam o seu comprometimento com o real serviço, descrevendo suas pejejas, dificuldades e até mesmo sofrimentos que passou durante os seus anos de leal vassalo. Isso termina fazendo com que esse tipo de documentação seja rico para se explorar os elementos retóricos usados pelos suplicantes na busca de seus prêmios. O bom uso da palavra era visto como algo importante por parte dos vassallos na tentativa de conquistar uma mercê, como destacou Raminelli (2008), então talvez por esse motivo que se pode perceber uma construção textual muito bem elaborada nas narrativas dos feitos destacados que vai muito além de uma mera descrição do que foi feito. Thiago Nascimento Krause, em seu livro *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683)*, trabalha com as estratégias discursivas utilizadas na tentativa de convencer a Coroa a conceder os pedidos almejados. Para isso, ele se baseou em um conceito fundamental para essa análise, o conceito de mérito, baseado na obra de Jay Smith, *The culture of merit: Nobility, Royal service and the making of Absolut Monarchy in France, 1600 – 1789*.

A ideia de mérito muitas vezes é erroneamente pensada como algo mais recente, fruto de ideias burguesas e iluministas. No entanto, merecimento é uma palavra que aparece de forma constante na documentação analisada pelo autor e para se realizar um estudo da economia de mercê, é preciso ter esse conceito como objeto de importância a ser analisado (KRAUSE, 2012, p. 54). Ao pesquisar no dicionário Raphael Bluteau é possível encontrar a seguinte definição para a palavra meritório: “Diz se das boas obras, que merecem algum premio de justiça, ou por decência”(BLUTEAL, 1712-1728, vol 5,p.441). Outra palavra que se pode buscar nesse mesmo dicionário é a de merecimento. Segundo Bluteau, merecimento é “O que alguém tem merecido por suas virtudes, ou por suas culpas [...]” (BLUTEAL, 1712-1728, vol 5, p.436). Pelo mesmo autor, a virtude poderia ser dividida em duas categorias, uma divina e outra humana, a humana é que interessa a esse trabalho. Esse tipo de virtude seria adquirida por força da natureza e com a prática de atos. Dessa forma, a ideia de merecimento como uma premiação pelo conjunto de ações realizadas pelo indivíduo era algo já assimilado pelos homens analisados nesse trabalho.

É importante destacar que a busca de mercês não era exclusivamente baseada no mérito. Outro elemento de grande importância que era levado em consideração era o estatuto social do suplicante. Em meio às tentativas de se convencer o centro político a conceder uma mercê, a qualidade social do indivíduo era algo levado em consideração, podendo chegar a desempenhar um papel fundamental na estratégia argumentativa quando unida aos serviços mais relevantes. Pessoas com fidalguia normalmente possuíam uma posição privilegiada nesse processo, o que nesse aspecto fez com que convivessem de forma significativa o discurso do merecimento juntamente com a hierarquização social que tanto marcava as sociedades do Antigo Regime (KRAUSE, 2012, p. 82). No entanto, o estatuto da qualidade social nem sempre era o suficiente para convencer o centro político como será mostrado mais a frente, o que faz pensar que esse fator, apesar de importante, não era fundamental em certos processos políticos. Além disso, destaca-se também a necessidade de conhecimento dos funcionamentos burocráticos do processo de distribuição de mercê, bem como a influência de contatos intermediários juntos à corte ou próximos a esta. “Era fundamental conhecer os canais que levavam ao centro do poder, sem eles as negociações seriam quase impossíveis” (RAMINELLI, 2008, p. 50).

Ser pretendente era quase uma profissão nos séculos XVII e XVIII; podia exigir conhecimentos vários dos despachos feitos, capazes de serem citados como exemplos, além da capitalização de empenhos ou da compra de partidários, quanto mais não fosse para pôr os papeis correntes. É que a comunicação com o rei, designadamente para o efeito de solicitar mercês, tornou-se cada vez menos directa ao longo do Antigo Regime; passava por um circuito complexo e exigente em tempo, recursos e influências (OLIVAL, 2001, p. 107-108).

Dessa maneira, o ato de dar e receber, ao longo do Antigo Regime passou a ser cada vez mais burocratizado³. Os suplicantes não estavam à margem dessas dificuldades, ou melhor, dos caminhos que poderiam facilitar o acesso aos seus objetivos. No que diz respeito as petições que normalmente se escreviam para pedir alguma mercê, existiam até mesmo modelos que circulavam em manuais impressos (OLIVAL, 2001, p.109). Isso mostra uma das diversas estratégias existentes por parte dessas pessoas como uma resposta às dificuldades criadas por esse processo, muitas vezes desgastantes e onerosos.

Existiam diversos tipo de mercês que poderiam ser pedidas pelos vassallos, mercês estas que normalmente passavam por um processo burocrático de petição por parte do

³ Em determinada parte de seu livro, Fernanda Olival (2001) analisou quais os procedimentos burocráticos pelos quais passava um processo de mercê, destacando as várias etapas existentes, bem como todo um conjunto de normas que ditam as formas de se conceder uma mercê.

suplicante e uma posterior análise por parte de órgãos consultivos, como por exemplo, o Conselho Ultramarino. As que serão analisadas aqui não são exatamente os requerimentos escritos em primeira pessoa pelos suplicantes, apesar de alguns deles estarem presentes na documentação analisada. O foco de estudo desse trabalho são as consultas do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da capitania do Rio Grande, sendo assim, o que se encontra nessa documentação são informações dos serviços enviados pelo suplicante que são passados para a terceira pessoa quando analisados pelo Conselho. O que torna esse tipo de documentação diferenciada é que o candidato que se colocava à disposição de ser nomeado capitão-mor de uma capitania não era escolhido simplesmente porque pediu essa mercê, ele antes tinha que passar por uma espécie de concurso no qual deveria ser avaliado juntamente com outros candidatos, seguindo todo um procedimento burocrático e de certa maneira objetivo⁴. Thiago Krause, quando analisa os pedidos de mercês feitos pelos seus homens estudados, destacou que alguns poucos pediram o governo de alguma capitania e que para a maioria dos pedidos a resposta era unânime: o suplicante deveria se candidatar a uma vaga quando essa estivesse à disposição e deveria passar pelos procedimentos usuais de nomeação de postos de governança (KRAUSE, 2012, p. 159), ou seja, o governo de uma capitania era uma graça que estava para além de uma mera petição, apesar de existirem casos que não seguissem esse padrão⁵.

OS CARGOS DE GOVERNANÇA

Ocupar um cargo de governança nas capitanias do ultramar no Império português significava, na maioria das vezes, prestações de serviços realizados anteriormente que de alguma maneira contribuíram para o bom funcionamento do Império. Existia, entretanto, uma hierarquização dos espaços que de acordo com a sua importância para o Império, fazia-se necessária uma maior seletividade social entre aqueles que ocupariam o cargo. No caso da América portuguesa tal distinção fica claro entre as capitanias principais e as anexas. Uma das tarefas fundamentais do Império português para a boa administração de todas as suas conquistas era a designação de nomes para o exercício de funções mais variadas possíveis em

⁴ Ross Bardwell já em sua tese de doutorado destaca como a seleção de governadores era um procedimento burocrático que se distinguia da requisição e concessão de mercês, mas que estava intimamente ligado ao sistema de economia de mercês. Outro elemento que o autor destaca é o surpreendente grau de objetividade que existia na seleção dos governadores coloniais (BARDWELL, 1974, p. 171 apud KRAUSE, 2012, p. 160).

⁵ Thiago Krause destaca que dentre os diversos nomes analisados por ele, alguns que pediram o governo de uma capitania como mercê, apesar de raríssimos casos, foram agraciados com tal cargo.

seu território no ultramar, principalmente com o alargamento e desenvolvimentos deste. As nomeações que exigiam mais cuidados eram sobre aqueles cargos que tinham a responsabilidade de se fazer aplicar a vontade da Coroa no governo diário de suas conquistas, como os de capitães-mores, governadores e vice-reis. Para essas seleções, o perfil esperado do candidato variava de acordo com o lugar em que ele fosse atuar e também com as qualidades sociais dele (CUNHA, 2005, p. 71-72).

A administração colonial portuguesa teve como grande característica a circulação dos sujeitos na ocupação de cargos, os de governança principalmente⁶, pelo Império. Essa estratégia adotada pela Coroa visava ampliar a capacidade de percepção de seus governantes para a diversidade dos problemas enfrentados, entre os ambientes mais distintos levando em consideração a pluralidade geográfica e cultural de suas conquistas, assim como também a semelhança entre eles, para que a partir deste ganho de experiência e alargamento de visão, os sujeitos envolvidos nessa circulação pudessem fazer uma melhor administração. Segundo Maria de Fátima Gouvêa (2001, p. 308-309),

desenvolvia-se, assim, uma maior percepção da diversidade dos problemas enfrentados, bem como da similitude de situações e estratégias passíveis de uso no exercício da soberania portuguesa em áreas tão distantes e díspares entre si. Dessa maneira, tomava também forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos.[...] Hierarquizando os homens por meio dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação de serviços de governo, produziam-se múltiplas aspirais de poder, articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino.

Como já foi dito anteriormente, existia uma distinção hierárquica nos cargos correspondentes às capitânicas principais e as secundárias, ou, capitânicas anexas e que essa hierarquia refletia na qualidade das pessoas que ocupavam tais cargos em tais lugares. Conseqüentemente, a forma de se escolher um governador geral/ vice-rei e um governador, ou capitão-mor era diferenciada de acordo com a importância da capitania. A seleção de governador-geral ou vice-rei raramente passava pelo Conselho Ultramarino, e era uma matéria exclusiva da “alta política”, que se resumia a longos debates entre o secretário de Estado com os membros do conselho de Estado (MONTEIRO, 2001, p. 257).

O processo de seleção dos governadores das capitânicas de menor importância da América portuguesa passava por diversas instâncias e consultas. Primeiramente abria-se um

⁶ Vale destacar que não apenas os de governança. Percebe-se, analisando a documentação trabalhada, que os sujeitos com experiências militares também circulavam de forma significativa pelo Império português.

prazo para a candidatura, depois o Conselho Ultramarino iria analisar os nomes e dispô-los em uma lista organizada hierarquicamente para depois mandar para o rei e assim conseguir o despacho régio. A tendência após a Guerra de Restauração foi que os cargos de grande importância, sejam eclesiásticos ou de governança, fossem concedidos a pessoas de cada vez maior qualidade, principalmente no caso dos governos-gerais e vice-reinados da Índia e do Brasil (MONTEIRO, 2005, p. 18). Sendo assim, quanto menor o grau de importância da capitania, é de se esperar que tanto as qualidades sociais como também a qualidade dos serviços prestados não fossem tão significantes se comparados as capitanias principais.

OS CANDIDATOS AO GOVERNO E SEUS ARGUMENTOS

A organização de análise dos argumentos utilizados pelos candidatos ao governo da capitania do Rio Grande durante a primeira metade do século XVIII vai seguir uma lógica de enquadramento por consultas, ou seja, para cada consulta do Conselho sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor, serão destacados os principais argumentos utilizados pelos suplicantes, para que ao final do trabalho se possa fazer um levantamento geral dos argumentos mais utilizados e se de alguma maneira, eles puderam ter alguma influência no processo de seleção, verificando se o candidato que o utilizou foi escolhido ou não. Vale destacar que nem todas as consultas foram analisadas, ou por motivos de péssima condição do documento, ou então pelo fato dela não ter sido encontrada.

É importante, antes de começar a análise, explicar a estrutura do documento em si e os aspectos gerais que o compõe. Toda consulta é formada pelo conjunto de serviços que os candidatos atestam terem realizado⁷. Nessas folhas de serviços os suplicantes descrevem os postos que ocuparam, os seus anos de serviço, os lugares onde atuaram, suas titulações caso a tenham e outros aspectos mais particulares. São esses aspectos particulares que essa análise pretende se deter com mais detalhes, pois eles são no geral a parte do documento em que o suplicante mais mostra como ele enxerga os seus feitos e suas estratégias na tentativa de convencer o Conselho, ou seja, sua retórica. Após as folhas corridas dos suplicantes serem descritas, no final constava o parecer do Conselho Ultramarino, no qual os conselheiros colocavam em ordem crescente os suplicantes que se mostraram mais adequados a ocuparem

⁷ Com relação as certidões apresentadas pelos suplicantes, suas veracidades nem sempre se confirmavam, como destacou Krause a partir de relatos do Padre Vieira que dizia “se foram verdadeiras todas as certidões, se aquelas rumas de façanhas em papel foram conforme a seus originais, que mais queríamos nós? Já não houvera Holanda; nem França; nem Turquia; todo o mundo fora nosso” (VIEIRA, 1646, p. 123 Apud KRAUSE, 2012, p. 62-63).

o posto pretendido. Algumas vezes, o Conselho justificava o porquê de suas escolhas, outras, infelizmente não. Nem sempre o parecer do Conselho era unânime. Nessas ocasiões era colocada a lista dos suplicantes de acordo com a avaliação de cada conselheiro. Mostrando nesse caso que dentro do Conselho existiam divergências quanto à escolha de pessoas mais adequada a ocupar o cargo.

Na consulta referente à nomeação de Sebastião Nunes Colares⁸ (1705) candidataram-se ao cargo também Luiz de Sousa Furna, Antônio Rodrigues Colaço, José Porrata de Álvares e Castro e Gabriel da Silva Lagos. Na descrição dos feitos de Sebastião Nunes Colares destaca-se suas atuações como militar e seu progressivo aumento na hierarquia militar, começando de soldado pago até capitão de infantaria, fazendo parte de diversas embarcações⁹ e atuando em diversas especialidades, como em Goa, Meca, Portugal e Sergipe, destacando inclusive o fato de ter sido capitão-mor da última capitania. Quando capitão-mor, um ponto que chama a atenção é quando se destaca que ele trabalhou “muy conforme ao que devia satisfazendo em tudo as obrigações do seu posto”. Com isso, percebe-se que o fato de se mostrar obediente era um elemento que poderia vir a ser importante no jogo da negociação.

O próximo candidato, Luis de Souza Furna, diferentemente do primeiro não era um militar de carreira. Afirmou ser coronel de ordenanças na capitania da Paraíba e também ter ocupado diversos cargos da república, sendo também provedor, juiz de órfãos e ouvidor e auditor da gente de guerra. Assim como o primeiro, usou frases de efeito para demonstrar o seu bom serviço, afirmando que ocupou todos os seus cargos com “pontualidade e inteireza”, e foi mais além, dizendo que nunca houve queixas dos seus serviços, o que era muito comum aos seus antecessores, e era uma pessoa muito temente a Deus, ou seja, além de tentar demonstrar que era um bom servidor da Coroa, ainda tentava apelar para a questão religiosa. Outro argumento utilizado foi o de que teve muito dispêndio de sua fazenda e que esta diminuiu significativamente enquanto servia à Coroa, tentando aqui não apenas demonstrar o seu empenho em cumprir o real serviço como também tentava sensibilizar os seus avaliadores, mediante sua suposta situação de empobrecimento. Por fim, finalizava sua folha

⁸ AHU-RN, Documentos Avulsos, Cx. 01, Doc. 58.

⁹ O fator de se mostrar um marinheiro experiente era uma constante nesse tipo de documentação, mostrando neste caso que isto era de determinada importância para o processo de seleção, isso provavelmente se deve ao fato de que por ser um uma pessoa que navegou militarmente em diversas situações, o suplicante provavelmente tentava mostrar que possuía um campo de experiência vasta, pois teria passado por diversos locais em seus serviços marítimos.

de serviços afirmando que enquanto ocupou o posto de Coronel “nunca houve de que o advertir, e sim de que o louvar, pela sua disposição e nobreza”.

Com relação a Antônio Rodrigues Colaço, assim como os outros descreveu suas atuações e postos que ocupou, bem como os anos de serviços e os locais onde atuou. Dentre os seus argumentos, também destacou o fato de ser obediente aos seus oficiais superiores e de enquanto estava servindo em campanhas militares, como capitão de infantaria, sempre se sustentou e também aos soldados de sua companhia que, eram pobres, com a própria fazenda. Aparece aqui mais uma vez a argumentação de que teve muitos gastos na realização do real serviço e também de que era uma pessoa caridosa, ao auxiliar os soldados considerados pobres. Outro argumento utilizado pelo suplicante foi o de que a região em que estava atuando estava assolada por uma doença contagiosa, e que por isso correu graves riscos de se contaminar. Finalizou então afirmando mais uma vez que continuava no real serviço sendo “sempre muito obediente e com honrado procedimento”.

José Porrata de Alvares e Castro, entre os demais candidatos era o que possuía menos anos de experiência, dentre os seus serviços ele apontava o fato de ter levantado uma companhia em São Paulo e marchado de lá em direção ao Rio Grande para poder participar da guerra contra os indígenas. O suplicante apontava que reuniu e sustentou a companhia durante todo o percurso, o que foi uma grande despesa para sua fazenda. Além disso, o suplicante alegava que durante o percurso sua companhia foi atingida por um contágio de bexiga e que ele agiu com grande caridade para com os doentes. Argumenta ainda que durante o serviço, passou por muitas fomes e sedes, mas que mesmo assim procedeu com muito valor. Aqui novamente a doença aparece como um elemento argumentativo, mas diferentemente do suplicante anterior, ao invés de destacar o perigo que correu por conta da possibilidade de contágio, ele destacou sua caridade e disposição a ajudar os seus companheiros doentes, mostrando dessa forma bravura e solidariedade.

Gabriel da Silva Lago foi o que menos descreveu sobre os seus serviços. Ao relatar seus feitos como um militar destacou uma afirmativa que ainda não tinha aparecido nos casos anteriores. Ele afirma que enquanto servia à Coroa estava “exercitando com bom procedimento e desinteresse, dando inteiro cumprimento a tudo o que se lhe encarregou, sendo muito amado daquelles moradores, e amigo de sua conservação”, ou seja, quando ele afirmava que atuava com desinteresse, pode-se interpretar que ele queria mostrar a Coroa que

estava servindo focando-se exclusivamente no bom serviço prestado ao seu rei, sem pensar em tirar proveito da ocasião. É interessante como o suplicante tentava mostrar por meio desse argumento que ele não estava inserido na lógica da economia de mercês, sendo que ao apresentar esse elemento, ele termina fazendo com que sua atitude “desinteressada” seja usada como uma estratégia de alcançar os seus interesses.

Após analisar os candidatos, o Conselho Ultramarino decidiu indicar para ocupar o cargo de capitão-mor do Rio Grande, Sebastião Nunes Colares, um dos que menos utilizou “argumentos de efeito”, e se focou a descrever de forma mais objetiva os seus feitos. O Conselho justificou sua escolha simplesmente afirmando que foi por consideração dos serviços do suplicante. Ou seja, os elementos retóricos aqui utilizados não foram de grande serventia. E evidencia que a carreira militar foi considerada de mais valia na gerência da capitania

Na consulta referente à nomeação de Domingos Amado (1715)¹⁰, concorreram ao cargo o próprio Domingos Amado, Antônio de Sousa Caldas e Fernão Lobo de Souza. Na argumentação utilizada pelo primeiro, existe um grande foco nas suas realizações durante a Guerra de Sucessão Espanhola, e dentre suas frases de efeito, destaca-se quando ele afirmava que o seu terço foi um dos que mais experimentou o rigor da batalha, pois sempre ia na vanguarda e “pelejava valorosamente”, sempre procurando animar os soldados, até que ficou “em campo despojado com sete feridas penetrantes”, e foi levado como prisioneiro. Depois de ter sido levado à França, voltou ao reino para que pudesse voltar a participar das batalhas restantes. Terminava listando seus serviços afirmando que sempre se portou com cuidado, valor, zelo e satisfação, em uma tentativa de se mostrar como um vassalo dedicado ao real serviço.

Antônio de Souza e Caldas, assim como o anterior, também focou na descrição de serviços nas suas realizações durante a Guerra de Sucessão Espanhola. Dentre os vários sucessos de suas investidas, o suplicante destacava os vários prisioneiros de guerras que ele e seu terço conseguiram fazer. Interessante quando afirma que durante sua marcha contra o inimigo teve que atravessar um rio com água pelo peito enquanto aqueles atiravam em sua direção, mas que isso não foi embargo algum para que continuasse sua marcha, tentando dessa forma, mostrar-se como um bravo soldado que estava disposto a realizar o real serviço

¹⁰ AHU-RN, Documentos Avulsos, Cx. 01, Doc. 77.

de qualquer maneira. O suplicante termina seus relatos afirmando que em todas as ocasiões referidas ele sempre trabalhou com muito valor e satisfação.

Fernão Lobo de Souza demonstra ter sido um militar experiente e que atuou em diversas localidades, muitas vezes fazendo proteção de várias embarcações. Dentre sua lista de cargos ocupados, destacava ter sido capitão-mor da capitania do Sergipe. Em uma de suas escoltas, afirmou ter participado da segurança de Henrique Jaques Magalhães, governador de Angola. Este argumento é interessante, pois o suplicante tenta valorizar os seus feitos ao associá-los à proteção de uma pessoa de importância para o Império. Quando capitão-mor do Sergipe e teve notícias da morte de D. Pedro II, pai do rei à época, reuniu os oficiais e as pessoas mais nobres daquela capitania para que prestassem uma solene homenagem em nome de seu falecido rei, “mandando dar muitas cargas de mosquetaria formando na praça daquela cidade hum batalhão”. Interessante perceber como o suplicante usa a homenagem que organizou ao pai de seu rei na tentativa de sensibilizá-lo, mostrando aqui que merecia receber o governo da capitania não porque lutou em guerras, ou bem executou determinado cargo, mas sim porque se mostrou como um leal vassalo que amava o seu rei. Encerrou enfim a lista de seus serviços afirmando que atuou como capitão-mor sempre com “limpeza de mãos” e que foi muito bem acolhido pela população daquela capitania, tentando mostrar-se como uma pessoa honesta e de bom trato com os outros.

Por fim o Conselho Ultramarino decidiu indicar em primeiro lugar a Domingos Amado, justificando sua escolha, pois ele era o candidato que mais possuía anos de serviço em relação aos demais e que “consta haver servido com grande satisfação na guerra presente em que recebeu sete tiros na batalha de monança [...]”. Em segundo lugar escolheram Antônio de Souza Caldas, afirmando que ele serviu com muito valor na maior parte do tempo “na nossa guerra”. Têm-se aqui os anos de serviço como elemento destacado pelo Conselho, mas também um elemento fundamental que aparece nos dois casos foi o fato deles terem participado da Guerra de Sucessão Espanhola, mostrando desta maneira que a participação em conflitos mais impactantes, tais como este, e se pode destacar que foi um conflito importante pelo fato do Conselho ter chamado de “guerra nossa”, se mostrava de grande valor¹¹. Outro

¹¹ Em artigo intitulado “Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”, Nuno Monteiro destaca como que o serviço militar é uma prática essencial para aqueles que faziam parte da nobreza, pois tal tipo de serviço remetia aos feitos heroicos de outrora de grandes personagens da história portuguesa e eram nos campos de batalhas que esses heróis se formavam. Por isso, segundo o autor, o Estado da

fator interessante foi que o argumento utilizado por Domingos Amado de que este tivera sete feridas mortais, foi lembrado pelo Conselho, mostrando dessa maneira que esse argumento de efeito teve o seu valor destacado.

Na consulta referente à nomeação de José Pereira da Fonseca (1721)¹², concorreram ao cargo de capitão-mor as seguintes pessoas: José Pereira da Fonseca, Pasqual de Souza e Patrício da Nóbrega de Vasconcelos. Na descrição dos feitos de José Pereira da Fonseca, dentre os vários serviços militares prestados, chama a atenção quando ele narrou um combate que fez em alto mar contra duas naus francesas afirmando que “pelejou desde as oito horas da manha athe hua da tarde com grande valor”. Neste caso o suplicante tentou destacar a duração de sua batalha como algo importante, mas é de se estranhar, pois uma batalha que durou cerca de cinco horas não pode ser considerada longa, talvez com isso ele estivesse tentando mostrar que com brevidade conseguiu vencer o conflito. Ele também afirmou, como em muitos outros casos já mostrado anteriormente, que em todas as embarcações que fez parte foi com “honrado procedimento e obediencia aos seus superiores”. O suplicante ainda destacava que quando estava servindo em Pernambuco, recebeu o agradecimento que o rei tinha encaminhado por meio do governador daquela capitania pelos seus serviços contra sublevações que aconteceram nela. Encerrava então sua lista afirmando novamente que sempre foi muito obediente aos seus superiores e sempre atuou com grande zelo e cuidado, tendo-se nesse caso destacado por duas vezes o elemento da obediência dentro dos seus serviços.

Pasqual de Souza narrou suas ações como militar experiente, mostrando seu crescimento na hierarquia militar de forma gradual. Foi nomeado para comandar uma fortaleza, na capitania do Ceará, e nela afirmava ter dado execução a todas as ordens, aparecendo aqui o elemento da obediência mais uma vez destacado dentre os argumentos já analisados. Ao ser enviado para lutar contra os indígenas pelo conhecimento e experiência que tinha com essa área, afirmou ter tido dispêndio de sua fazenda nesse processo. Interessante quando o suplicante afirmou que quando ele estava prestando serviços em Pernambuco e o governador daquela capitania, Sebastião de Castro e Calda, levou um tiro e

Índia era um lugar de maior importância do que o Estado do Brasil, até parte do século XVIII, por se tratar de uma espacialidade predominantemente militar onde os grandes fidalgos ainda podiam pôr em prática grandes feitos heroicos (2005).

¹² AHU-RN, Documentos Avulsos, Cx. 02, Doc. 08.

ficou ferido em decorrência disso, ele lhe assistiu em sua defesa. Aparece aqui novamente a estratégia de vincular alguém importante aos serviços prestados na tentativa de engrandecê-los. Assim como o suplicante anterior, ele afirma ter recebido uma carta de agradecimento do rei, enviada pelo então governador de Pernambuco, Felix José Machado, pelos seus serviços, tentando mostrar dessa forma que já possuía um reconhecimento prévio por parte da Coroa.

Por fim, Patrício da Nóbrega de Vasconcelos descreveu seus feitos destacando suas ações na Guerra de Sucessão Espanhola. Dentre os argumentos utilizados pelo candidato, destaca-se o recebimento de uma carta do rei, agradecendo pelos seus serviços prestados. Afirmou ainda que durante o período em que esteve servindo sempre o fez “como honrado soldado e com admirável disposição no real serviço de V. Magestade”. Quando foi nomeado para guarnecer um forte na capitania do Ceará, afirmou que foi com muito sossego e aceitação tanto dos moradores, como do capitão-mor daquela capitania, que realizou tal serviço. Mais uma vez aparecia aqui a ideia de que ser bem aceito pelas pessoas locais, era um elemento importante a ser destacado. Terminava a descrição de seus serviços afirmando que trabalhou na reedificação da fortaleza em que estava e que por isso recebeu mais um agradecimento do Rei que afirmou: “que ficou na sua real lembrança para folgar de lhe fazer mercê na ocasião que se oferecesse dos seus despachos”. Aqui ele lembrava ao rei de que este o estava, de certa forma, “devendo” uma mercê. E afirmava ainda que em todos os seus serviços ele fez com muito cuidado e zelo, “como de seu nascimento se esperava, imitando seus pais e avós que todos acabaram no Real serviço com postos e cargos honrosos.” Interessante de destacar como aqui apareceu um elemento novo dentre os argumentos vistos até agora. O suplicante fez uso de sua família para justificar a qualidade de seus serviços, tendo em vista que tanto seu pai, como seu avô, tinham morrido prestando o real serviço e como disse ele, ocuparam “cargos honrosos”. Dessa forma, ele tentava destacar sua qualidade social como um elemento importante para ser analisado pelo Conselho.

Um dos conselheiros decidiu colocar em primeiro lugar Pasqual de Souza, justificando que esse foi dentre os opositores o que ocupou o posto de maior graduação que foi o de sargento-mor e que procedeu nos levantes que houve na capitania de Pernambuco de tal maneira que terminou recebendo um agradecimento do rei. Já outro conselheiro teve uma opinião divergente. Para ele o primeiro lugar deveria ser de José Pereira da Fonseca - tendo sido este, inclusive, escolhido pelo rei para governar a capitania - pois era o que possuía mais

anos de serviço e também é “hum dos capitaens de infantaria mais antigos que há em Pernambuco”. Percebe-se aqui que o alto posto ocupado por um dos suplicantes foi levado em consideração, mas também o fato de ele ter recebido uma carta de agradecimento do rei, pelos seus serviços nas sublevações em Pernambuco também o foi. Agora é de se estranhar o argumento utilizado pelo conselheiro, tendo em vista que os três suplicantes receberam cartas de agradecimento pelos seus serviços, mas apenas a carta de um deles que foi destacada, sendo inclusive a carta do último suplicante mais incisiva quanto à “dívida” que o rei tinha para com ele, mas que aparentemente não foi o suficiente para ele ser nomeado. Entra em destaque aqui aquilo que Bardwell afirmou sobre a objetividade que se existia nos processos de seleção para os governadores, pois por mais que o rei estive “devendo” a mercê, tal candidato não era o mais qualificado para ocupar o posto de Capitão-mor.

Na consulta referente à nomeação de João de Barros Braga (1731)¹³ participaram do concurso João de Barros Braga, João de Teive Barreto de Menezes, José Henrique de Carvalho, Miguel de Melo, João da Silva Pereira e Cristóvão Dias Castro. Na descrição dos feitos de João de Barros Braga é impressionante o grau de detalhes colocado na sua lista de serviços bem como a quantidade. Destacam-se as ajudas financeiras que fez, auxiliando na compra dos ornamentos necessários para a igreja. Também auxiliou na reconstrução da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e na do Jaguaribe, ambas na capitania do Ceará. Nos dois casos ajudou financeiramente e ajudando a levar os materiais com escravos e carros de boi. Afirma ainda que na reconstrução da segunda fortaleza foi muito “descômodo”, pois ela se localizava a mais de 40 léguas de distância de sua casa, o que terminou fazendo que tivesse gastos ainda maiores. Quando um índio foi assassinado em um dos trabalhos nos sertões daquela capitania, os demais se revoltaram, e foi então enviado para resolver esse problema e afirmava que “obrou com muito risco de sua pessoa e despesa da fazenda, portando-se com tal satisfação que deixou tudo em paz”. Durante todo o restante do documento, o suplicante desreveu de forma detalhada outros auxílios financeiros que ele fez pela capitania ou investidas militares contra bandidos, índios e afins. Destacando nesse caso quando o desembargador Cristóvão Soares Reimão foi ao Ceará realizar algumas diligências, ele por iniciativa própria mandou construir uma casa e a ornamentou com móveis para que qualquer ministro que fosse mandado àquela capitania em serviço do rei, tivesse um lugar adequado

¹³ AHU – RN, Documentos Avulsos, Cx. 02, Doc. 57.

para se hospedar. Parece que o suplicante tentava impressionar a Coroa, mostrando ser uma pessoa de muita influência e poder na capitania e que sempre quando foi preciso, gastou seus recursos para auxiliar no que fosse necessário para o bom funcionamento dela.

João de Teive Barreto de Menezes é o primeiro da lista até aqui analisada que possuía um título nobiliárquico, ele era um Fidalgo Cavaleiro da casa Real. Logo no início de sua folha de serviços essa informação é a primeira logo após o seu nome, mostrando dessa maneira como destacar a sua qualidade de nobre era algo importante¹⁴. Dentre suas ações destaca a condução que fez na proteção do governador das ilhas terceiras e do resgate que fez de capitães que estavam no Mazagão. Além disso, também afirmava que “ambarcou na mesma nau que foi levar o governador a Mazagão”. Tem-se aqui mais um caso de tentar valorizar os seus feitos vinculando-os a figuras importantes. Destaca algumas vezes durante os seus feitos que os realizou com muita satisfação e zelo no “serviço a Vossa Magestade”, e terminava sua narrativa afirmando: “que ajudou a laborar com grande valor e zelo do serviço de V Magestade como honrado soldado”.

José Henrique de Carvalho, como boa parte dos nomes até agora analisados, era mais um militar experiente que contou suas ações enquanto esteve em serviço à Coroa. Dentre as suas estratégias utilizadas, ele afirmava que era muito ocupado no Real serviço mas “que o nunca repugnou”, mostra-se aqui o suplicante como um vassalo trabalhador e que não recusava nem reclamava de prestar os seus serviços ao seu rei. Destacava também que estava presente nas embarcações que faziam a proteção dos governadores de Angola e de Minas, argumento que seguia a mesma lógica da valorização destacada acima no suplicante anterior. Terminava sua lista afirmando que se achava pronto para todas as ocasiões que fossem necessárias ao serviço da Coroa e que sempre procedeu com valor, zelo e fidelidade.

Miguel de Melo, o quarto candidato, também um militar experiente, consta que serviu como capitão-mor do presídio de Coconda, no reino de Angola, destacando que quando esteve no governo daquele lugar, esteve em guerra com o levantamento dos servos e mais gentios da região e que graça a essa situação “foi necessário usar o suplicante de suas

¹⁴ Thiago Krause, ao analisar uma documentação que destacava a opinião dos principais da cidade de Salvador, destaca que na documentação aparecia em ordem de qualificativos sempre em primeiro lugar os fidalgos, depois os cavaleiros de ordens militares vinham logo em seguida, como é destacado em trecho do documento: “Nós os abaixo assinados fidalgos da casa de Vossa Magestade e cavaleiros das três ordens militares, e homens nobres e da governança desta cidade do Salvador[...]”. (KRAUSE, 2012, p. 240 -241), podendo essa ordem ser uma coincidência ou não.

máximas astúcias com dadivas e afagos”, tentando o suplicante se mostrar como alguém inteligente e capaz de resolver problemas. Além disso, ele pagou o soldo de dois meses dos oficiais do presídio que estavam atrasados com sua própria fazenda. E que quando assumiu o governo daquela capitania, a casa em que viviam os capitães-mores daquela capitania estava em ruínas, ele então a reparou sem fazer despesa alguma à Fazenda Real. Tudo isso, assegurava o suplicante foi feito pelo zelo do real serviço e nunca tinha pedido satisfação alguma por esses préstimos. Assim, ele tenta transparecer que era alguém com poder econômico capaz de bancar oficiais por dois meses e que nunca procurou ser restituído por isso, pelo menos até o momento que ele usou esse argumento na tentativa de convencer o Conselho a conceder a ele o cargo de capitão-mor.

Cristóvão Dias Castro narrou seus serviços realizados durante a Guerra de Sucessão Espanhola, alegando algumas vezes que “atuou com notório valor e resolução”, “fazendo sua obrigação sempre que lhe foi ordenado do Real serviço” e “pelejando com o inimigo valorosamente”. No meio de suas descrições, durante as batalhas “lhe derao uma grande cultilada na sua mão esquerda de q ficou lezo dela e duas grandes feridas na cabeça de que ficou em evidente perigo de vida”. Depois de todos esses danos ainda foi levado prisioneiro para a França, de onde, no entanto, conseguiu fugir de volta para o reino. Voltou então a participar da guerra, cumprindo com suas “obrigações do seu posto e requisitos de bom soldado”. Tem-se aqui diversos tipo de argumentos utilizados pelo suplicante, desde frases de efeito querendo mostrar seu valor e honra até a demonstração de feridas graves que recebeu durante o serviço à Coroa, que demonstrariam como ele merecia receber alguma premiação por sua bravura e feridas recebidas.

O Conselho Ultramarino elaborou o seu parecer de forma unânime quanto ao primeiro lugar. Foi escolhido João de Barros Braga, sendo sua escolha justificada devido “aos serviços e merecimentos e experiências que tem adquirido naqueles certões porque se faz digno da mercê que pede e mais apto para esse governo”. Logo, ele foi escolhido não apenas por ser o mais apto, como bem destacou o Conselho, mas também porque era *merecedor* e *digno* da mercê que pedia. Provavelmente o fato de ele ter contribuído tão intensamente em termos financeiros tenha sido um fator em que muito pesou na escolha. No caso dessa consulta, o candidato que possuía o título de fidalgo cavaleiro da casa Real não foi escolhido por nenhum conselheiro para ficar em primeiro lugar; para um dos conselheiros ele ficaria em

segundo e para outro em terceiro. Isso mostra que apenas a qualidade social que um título nobiliárquico possibilitava não era o suficiente para fazer essa pessoa receber a mercê de ser governador ou capitão de uma capitania, quando se tem outros candidatos mais experientes e que realizaram feitos muito mais significativos.

Na consulta referente à nomeação de João de Teive Barreto de Menezes (1734)¹⁵ concorreram ao cargo os seguintes candidatos: Miguel de Melo, José Rodrigues de Castro e José Vieira da Silva. Para o caso da folha de serviços do primeiro candidato, que tentava pela segunda vez, em nada mudou com relação a de XXXX que já foi analisada. José Rodrigues de Castro destacava os seus serviços como militar atuando na capitania de Pernambuco e no reino sem detalhes mais significativos. Ao fim de sua argumentação afirmava que em todos os seus serviços fez sempre com prontidão e obediência aos seus oficiais superiores servindo de exemplo para os demais soldados e que durante um levante de uma companhia que ocorreu em Pernambuco por falta de pagamento ele não fez parte de tal movimento. Disse ainda ser um dos principais daquela capitania. Aqui o suplicante usou o argumento já corrente de que era obediente aos seus superiores. Interessante também quando ele destaca que na ocasião da rebelião, ele não fez parte dela, querendo mostrar que era um leal vassalo de seu rei. E ainda usou o argumento de que era um dos principais da capitania de Pernambuco, tentando ratificar sua qualidade social como um elemento a ser considerado no ato de escolha.

José Vieira da Silva foi mais um dos candidatos que participou da Guerra de Sucessão Espanhola, e logo no início da descrição de seus serviços ele afirmava sem modéstia que na ocasião em que sua companhia entrou em choque com tropas inimigas foi devido ao seu valor que ela saiu vitoriosa. Continuava o resto de sua narrativa relatando os seus feitos nas batalhas que se seguiram e terminava alegando que em todas as ocasiões ele se portou com distinto valor e procedimento como honrado soldado. Mais uma vez, como se mostra uma constante, terminava a descrição de seus serviços utilizando a ideia de leal e valoroso vassalo.

O Conselho Ultramarino decidiu de forma unânime indicar para primeiro lugar em Miguel de Melo por esse já ter sido Capitão-mor de uma outra localidade e em segundo lugar José Rodrigues de Castro, por ele ser uma das pessoas mais nobres da capitania de Pernambuco. Aqui se tem um caso interessante, pois mostra que a experiência possuída pelo

¹⁵ AHU-RN, Papeis Avulsos, Cx. 3, Doc. 190

primeiro em um cargo de governança foi levado mais em consideração do que a qualidade social do segundo, que o próprio conselho o denomina de “um dos mais nobres” da capitania em que estava, mas ainda assim é preciso destacar, que por mais que a experiência tenha tido um peso maior, a qualidade social do segundo também teve o seu peso, já que foi destacado pelo próprio Conselho, e não somente pelo suplicante quando na hora de seu pedido. Por fim, terminou que nenhum dos dois assumiu o governo da capitania do Rio Grande, quem terminou sendo nomeado sem nem ao menos ter participado da seleção, foi João de Teive Barreto de Menezes¹⁶, suplicante que na consulta passada também havia tentado esse posto.

Na consulta referente à nomeação de Francisco Xavier de Miranda Henriques (1739)¹⁷ candidataram-se ao cargo os seguintes nomes: Francisco Xavier de Miranda Henriques, Caetano de Mendonça e Rafael Ribeiro Pereira. O primeiro suplicante era um moço fidalgo da casa Real, o que é mostrado logo no início de sua documentação logo após o seu nome. Destacava os seus serviços militares enfocando o combate que fez aos mouros por diversas ocasiões na praça de Mazagão, sempre acompanhando com valor e assistindo suas obrigações com muita pontualidade e obediência. Dentre os combates que teve contra os mouros, dizia ele ter sido um dos primeiros cavaleiros que foi à batalha e que socorreu um outro cavaleiro quando este caiu e terminaram ficando cercados por “grande multidão de infieis” e que por isso correu grande risco de vida. Interessante como o suplicante tenta destacar seus valores de cavaleiro, ao dizer que foi um dos primeiros a investir na batalha, mostrando que possuía muita bravura e também era um homem que independente do perigo estava disposto a ajudar os seus companheiros, mesmo que isso o fizesse correr perigo de vida, como bem afirmou. Destaca também ter atendido com sucesso a uma diligência enviada pelo governador do Mazagão, Bernardo Pereira de Barredo, quando este mandou enviar três barcos para investigar um barco inimigo que estava ancorado, e o suplicante estava em um deles. Finaliza seus serviços afirmando que fez tudo sempre com grande valor e distinção. Tem aqui mais uma vez a articulação de feitos vinculados a autoridades coloniais na tentativa de engrandecê-los, já que o suplicante faz questão de destacar que estava presente em um dos barcos que o governador do Mazagão mandou realizar o dito serviço.

¹⁶ Ainda não se sabe o porquê dele ter sido nomeado capitão-mor do Rio Grande sem ao menos ter concorrido ao posto. Mas nesse mesmo ano, ele tinha participado da consulta para a nomeação de pessoas para o posto de Capitão-mor da capitania do Ceará, sendo que não obteve sucesso nessa tentativa. Então se pode supor que a Coroa decidiu fazer a “transferência” do dito suplicante para assumir o governo do Rio Grande, provavelmente por considerar ele mais adequado do que aqueles que concorreram ao posto daquela capitania.

¹⁷ AHU-RN, Papeis Avulsos, Cx. 4, Doc. 253.

Caetano de Mendonça também possuía um título nobiliárquico, sendo ele um cavaleiro fidalgo da casa real. Sua lista de serviços é relativamente pequena comparada a dos demais candidatos, mas algo que chama a atenção é que mesmo ela sendo pequena, por duas vezes ele destacava que em seus serviços sempre foi muito obediente aos seus oficiais superiores e também afirmava que “ensinou com muito cuidado e destreza aos soldados os exercícios militares”. O suplicante tentava demonstrar, no meio de um pequeno acervo de experiências, como sua obediência aos oficiais superiores era algo importante na sua conduta e que poderia ser levado em consideração pelo Conselho.

Rafael Ribeiro Pereira, assim como os candidatos anteriores dessa consulta, possuía um título, mas dessa vez de menor estatuto social, que era o Hábito da Ordem de Cristo. Apesar de destacar que serviu à Coroa “no melitar athe o posto de capitão thenente”, não descrevia seus feitos, talvez por não ter realizado nada de significativo que valesse a pena ressaltar. No entanto, ele afirmava ter sido tesoureiro geral do tesouro e que desse trabalho não recebeu ordenado algum, pois o que importava era poder servir ao seu rei. Tem-se aqui um caso de um suplicante que pouco teve para se mostrar merecedor da mercê, e que terminava utilizando-se do argumento de que serviu de graça, apenas pela vontade de bem servir à Coroa como sua principal estratégia de conseguir convencer o Conselho.

Nesta consulta o Conselho apenas determinou a posição dos candidatos, não justificando o porquê de sua escolha. Decidiram por unanimidade propor em primeiro lugar a Francisco Xavier de Miranda Henriques. Apesar de não ter justificado sua escolha, ela seguiu uma lógica que era presente para esse tipo de seleção para essa capitania: foi escolhido aquele que possuía maior tempo de serviço, e que ocupou o posto de maior graduação. E vale destacar que dentre os títulos nobiliárquicos dos três, o de Francisco Xavier de Miranda Henriques era o de maior graduação¹⁸. Além disso, se for levado em consideração as estratégias discursivas utilizadas por ele foram mais numerosas e significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa análise é possível ver como os suplicantes tentavam “refinar” suas folhas de serviços ao se utilizarem o que foi chamado de “frases de efeito”. Em todos os casos

¹⁸ Existia uma grande estratificação dentro da fidalguia. Em uma hierarquia do inferior para o superior tem-se como mais importante: moço fidalgo, fidalgo escudeiro e fidalgo cavaleiro. Logo em seguida, e menos importante que a primeira categoria, vinha o cavaleiro fidalgo, moço de câmara e escudeiro fidalgo. (OLIVAL, 2001, p. 138-41 apud KRAUSE, 2012, p. 120).

analisados pelo menos um argumento desse tipo foi destacado por suplicante. Esse tipo de argumento é interessante de ser analisado, pois possibilita identificar como que os suplicantes se apropriavam dessa retórica burocrática e também de perceber como eles enxergavam os seus atos feitos e queriam que os outros também assim o vissem, em uma tentativa de transformar os seus atos em ações quase heroicas. E como já foi discutido, essas ações heroicas tinham oportunidades de surgirem quando os suplicantes estavam em espaços de guerra e por isso que destacavam com tantos detalhes os seus feitos militares.

Dentre os argumentos utilizados, foi possível destacar certo padrão que estava presente em muitos casos. Se colocar como um soldado leal e obediente parecia quase um elemento obrigatório que em poucas narrativas não esteve presente. Descrever suas feridas de guerra, que por muitas vezes deveriam ser amplamente exageradas, era quase como a oportunidade de mostrar troféus que levaram desses momentos. Os gastos de fazenda também foram amplamente utilizados como uma tentativa de mostrar que ao mesmo tempo em que eram pessoas abastadas e que dessa maneira poderiam melhor servir a Coroa, também demonstravam que o fato de terem investido de suas próprias economias fazia com que essas pessoas merecessem ser restituídas por isso, não simplesmente economicamente, mas simbolicamente por meio da mercê pretendida. Outro tipo de argumento presente foi o de relacionar pessoas importantes aos serviços prestados, para que dessa maneira a importância dessas pessoas agregasse valor aos feitos realizados pelos suplicantes, quando estes destacavam os serviços que fizeram para e com governadores do império ultramarino. Nesse sentido, por mais que muitos desses argumentos demonstrassem as individualidades de cada um ao enxergar os seus feitos de tal maneira, eles também demonstraram que existia uma lógica argumentativa que poderia ser usada em favor do suplicante, lógica esta que poderia fazer com que se tornassem mais merecedores das mercês pretendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDWELL, Ross Little. **The Governors of Portugal's South Atlantic Empire in the Seventeen Century: social background, qualification, selection and reward.** Tese de Doutorado em história Santa Bárbara: Universidade da Califórnia, 1974.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense.** Número 02, Nov. 2005, p. 21 -34.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico. In: BICALHO; FERLINI. **Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português.** São Paulo: Alameda, 2005. p. 69-92.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808).** In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda;

GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.285-314.

KRAUSE, Thiago Nascimento . **Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 1683).** São Paulo: Annablume, 2012. v. 1. 290 p.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O “ethos” nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack Braziliense.** Número 02, Nov. 2005, p.04 – 20.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA Maria de Fátima (org). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 249-284.

OLIVAL, Fernanda. **Ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789).** Lisboa: Estar, 2001.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância.** São Paulo: Alameda, 2008.

SMITH, Jay M. **The culture of merit: Nobility, Royal Service and the Making of Absolut Monarchy in France, 1600 – 1789.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

Artigo recebido em março de 2015. Aprovado em julho de 2015.